

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS**

**EDUCAÇÃO É UM DIREITO, MAS TEM QUE SER DO NOSSO JEITO:
LINGUAGENS NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E NO CURRÍCULO DO
POVO KAPINAWÁ**

JOELMA CARLA DA SILVA

Recife
2023

**EDUCAÇÃO É UM DIREITO, MAS TEM QUE SER DO NOSSO JEITO:
LINGUAGENS NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E NO CURRÍCULO DO
POVO KAPINAWÁ**

JOELMA CARLA DA SILVA

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras UAEADTEC/UFRPE, como requisito para a Conclusão de Curso de Licenciatura em Letras.

Orientador (a): Profa. Dra. Suzana Ferreira Paulino Domingos

Recife
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586

Silva, Joelma Carla Da
EDUCAÇÃO É UM DIREITO, MAS TEM QUE SER DO NOSSO JEITO: LINGUAGENS NO PROJETO
POLÍTICO PEDAGÓGICO E NO CURRÍCULO DO POVO KAPINAWÁ / Joelma Carla Da Silva. - 2023.
39 f. : il.

Orientadora: Suzana Ferreira Paulino Domingos.
Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Licenciatura em Letras, Recife, 2023.

1. Educação (escolar) indígena. 2. Povo Kapinawá. 3. Linguagens. 4. Projeto Político Pedagógico. 5.
Currículo. I. Domingos, Suzana Ferreira Paulino, orient. II. Título

CDD 410



Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE
Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia



Licenciatura em
LETRAS

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – 2023.1

Às 16h do dia 12 do mês de junho de 2023, por via de webconferência na plataforma *Google Meet*, link <https://meet.google.com/rea-vvjo-jwx>, em conformidade com a Resolução CEPE/UFRPE Nº 314, de 20 de julho de 2021, que regulamenta, em caráter excepcional, a oferta de unidades curriculares e de outras atividades acadêmicas enquanto durar a pandemia de COVID - 19, no âmbito dos cursos de graduação da UAEADTec/UFRPE, reuniram-se em sessão pública de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso, a banca de defesa final composta por: Profa. Dra. Suzana Ferreira Paulino Domingos (orientadora), Profa. Dra. Julia Larré (membro examinador interno), Profa. Dra. Rita Patrícia Almeida de Oliveira (membro examinador externo) a fim de examinar o trabalho intitulado: **“EDUCAÇÃO É UM DIREITO, MAS TEM QUE SER DO NOSSO JEITO”**: LINGUAGENS NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E NO CURRÍCULO DO POVO KAPINAWÁ, de autoria da discente **JOELMA CARLA DA SILVA**. Como síntese dos trabalhos, a Banca emitiu o seguinte parecer: tendo cumprido as exigências do curso de Licenciatura em Letras – UFRPE/UAEADTec, a pesquisa apresentou relevância temática, coerência argumentativa, pertinência teórico-metodológica e análise consistente, considerando a estudante aprovada com **nota final 9,5 (nove vírgulacinco)**. Ainda, o artigo foi indicado para publicação e ampla divulgação em eventos acadêmico-científicos. Eu, Suzana Ferreira Paulino Domingos, lavrei a presente ata que segue assinada pelos membros abaixo.

Recife, 12 de junho de 2023.

RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo geral analisar o Projeto Político Pedagógico e o Currículo Kapinawá do ensino fundamental com foco no trabalho com as linguagens. Para tanto, os objetivos específicos definidos foram: analisar a organização da educação no território Kapinawá, considerando seus saberes tradicionais, culturais e suas linguagens; identificar as diferentes linguagens presentes no Currículo do povo Kapinawá; e refletir sobre as relações dialógicas do Currículo Kapinawá com os documentos oficiais. Foi realizada uma pesquisa documental e qualitativa. Baseamos nos pressupostos teórico-metodológicos de Bakhtin (1979), Marcuschi (2000), Freire (2015), Walsh (2012) e Bardin (2011) que compreendem a linguagem como um processo interacional, sócio-historicamente situado nas relações sociais e na prática da oralidade e escrita. Foi possível observar que o Projeto Político Pedagógico- PPP (2015) e o Currículo Intercultural Indígena Kapinawá (2018) atendem aos documentos oficiais como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil- RCNEI (1998) e a Base Nacional Comum Curricular- BNCC (2018). Os Kapinawá deram importantes passos no que tange à Decolonialidade (WALSH, 2012), pois, conseguiram implantar no território uma educação específica, diferenciada, intercultural e bilíngue, em confluência com os documentos oficiais BNCC (2018) e PCN-PE (2020), e tornando permanente seu poder de decisão, de escolha e de preservação histórica do seu povo e de todas as tradições socioculturais que dão vida e voz à essência indígena Kapinawá.

Palavras-chave: Educação (escolar) indígena. Povo Kapinawá. Linguagens. Projeto Político Pedagógico. Currículo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 EDUCAÇÃO INDÍGENA E DOCUMENTOS OFICIAIS	10
2.1. Educação Intercultural Indígena de Pernambuco e Currículo Kapinawá... 13	
2.2 Linguagens no Projeto Político Pedagógico	16
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	19
4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	21
4.1 Organização da educação no PPP e Currículo Kapinawá	21
4.2 Linguagens no currículo Kapinawá e documentos oficiais	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

De acordo com dados do Censo (BRASIL, 2010), a população indígena representa mais de 800 mil pessoas no Brasil, o que faz emergir a busca pelo atendimento às necessidades educacionais desse grupo. Em Pernambuco, existem cerca de 12 Povos Indígenas organizados em aldeias do Agreste Central ao sertão de Itaparica, já na divisa com a Bahia (ATLAS, 2023). São eles: Xukuru, Kapinawá, Fulni-ô, Tuxá Campos e Tuxá Pajeú, Truká, Pipipã, Pankararu, Atikum-Umã, Kambiwá, Pankará Serra do Arapué e Pankará Serrote dos Campos. No geral, são mais de 45 mil indígenas em todo território de Pernambuco, sendo a quarta maior população indígena do Brasil (BRASIL, 2010).

A Educação Indígena (EI) é formada por práticas intracomunitárias e caracterizada pela oralidade, ou seja, a transmissão de conhecimentos da sua cultura, suas crenças, seu contexto local e seus costumes. As escolas regulares desconsideram sistematicamente as práticas e crenças indígenas, apesar do direito de inclusão dos povos indígenas e sua cultura nas escolas previsto em lei (BRASIL, 1988).

A educação intercultural, específica, diferenciada e bilíngue dos povos indígenas representam conquistas históricas que demarcam com luta um modelo educacional que busca descolonizar o processo de ensino-aprendizagem, levando em consideração seus saberes e conhecimentos tradicionais e étnicos no ambiente escolar, seja em sala de aula física ou em um espaço informal. Sabendo disso, os conceitos de Colonialidade do Ser e de Decolonialidade são de suma importância para nosso estudo, pois a Educação Escolar Indígena (EEI) é tida “como modalidade educacional diferenciada, como direito e como política pública” (OLIVEIRA, 2017).

A Colonialidade do Ser refere-se à colonização experienciada e os impactos dela na linguagem (MALDONADO-TORRES, 2017). É um fenômeno que naturaliza inferioridade dos povos subalternizados, negros, indígenas, mulheres, mestiços, LGBTQIA+, dentre outros, sendo submetidos à inferiorização, tendo sua intelectualidade, racionalidade e capacidade negadas, em contraposto ao padrão do

homem europeu, branco, burguês, racional e civilizado. Já, a decolonialidade está ligada às lutas anticoloniais que marcaram as independências das antigas colônias e pode ser definida como um processo de superação do colonialismo e das relações de opressão que ele causou. A partir da noção de que não é possível desfazer ou reverter a estrutura de poder colonial, o objetivo dele é encontrar meios para desafiá-la continuamente e romper com ela (WALSH, 2012).

A perspectiva decolonial considera a desconstrução das relações de poder marcadas por invasões, genocídio e etnocídio, instaladas no período colonial europeu nas américas. Sendo os povos originários os que receberam o maior impacto da colonização, sua educação foi muito impactada, caracterizada pela “civilização-cristianização” e apagamento de sua cultura. A escola e o currículo escolar indígena tiveram uma forma de conhecimento hegemônico imposto, inviabilizando, subalternizando e oprimindo outra forma de saber que não a eurocêntrica (LEITE, RAMALHO & CARVALHO, 2019).

Como afirma Aguilera (2001, p. 107), “se ideologia e currículo caminham juntos, ‘cultura e currículo’, com muito maior propriedade [...] o currículo contribui para construir as pessoas como sujeitos particulares, específicos”. Sendo assim, vale ressaltar que a construção de currículos decoloniais na educação escolar indígena é um processo contínuo, marcado por lutas identitárias, linguísticas e de demarcação de territórios tradicionais.

Já a educação escolar indígena (EEI) é um modelo de ensino voltado exclusivamente para os povos indígenas no Brasil, conquista possível a partir de uma grande luta e ativismo indígena pela garantia dos seus direitos na constituição de 1988, e principalmente pela promulgação da Lei nº 11.645/2008 que torna obrigatória o ensino sobre a história e cultura dos povos indígenas no Brasil.

Embora esteja prevista na legislação, a EEI é um processo desafiador, pois fazem-se necessários o cumprimento das leis existentes e a efetivação de políticas públicas específicas. A EEI traz grandes contribuições à educação convencional, de maneira que uma não está contra a outra, mas se convergem para os contextos e as necessidades dos estudantes. Sendo assim, a EEI permite oferecer uma formação de qualidade que preserve a cultura desses povos e respeite suas particularidades, considerando a diversidade cultural do país como direito de todos os povos.

É recente e lento o reconhecimento da educação dentro do território indígena para que todos os povos possam receber sua educação baseada em suas tradições, saberes culturais e ancestrais enquanto etnia e que a sociedade tenha a oportunidade de conhecer a história do Brasil contada pelos povos indígenas. O olhar para a EEI é fundamental para compreendermos o quanto suas linguagens contribuem no ensino-aprendizado dos alunos. E o povo Kapinawá tem muito o que contribuir na educação escolar convencional, pois eles colocam em prática um modelo educacional que permite que seus alunos aprendam os conteúdos valorizando e preservando sua história e identidade étnica enquanto povo originário. O ensino e aprendizado precisam ocorrer sem engessamento, de forma livre e com pensamento crítico acerca dos conteúdos abordados.

Compreende-se que a EEI apresenta riqueza cultural e saberes tradicionais que podem contribuir muito com o modelo de educação convencional das pessoas não indígenas, a exemplo da história e preservação de tudo aquilo que é valioso para o povo, seja a língua, o cuidado com a natureza e tudo que se refere ao meio ambiente, a prática dos seus rituais (Toré¹ e outros), e da permanência dos alunos nas aldeias, para que não esqueçam sua história e identidade de seu povo.

A Comissão de Professoras/es Indígenas em Pernambuco (COPIPE), reforça que se assenta a EEI, inclusive a Kapinawá, no fato de que a “Educação é um direito, mas tem que ser do nosso jeito”², tornando-se um grande espaço de interesse para ser analisado e observado, a partir de uma visão indígena de quem conhece na prática na vivência dessa realidade e de suas linguagens (COPIPE, 1999).

Assim, a pesquisa foi desenvolvida considerando-se o Povo Kapinawá, estabelecido nos municípios de Buíque, Tupanatinga e Ibimirim, região do Agreste

¹ Toré- Manifestação cultural, ancestral e uma importante tradição dos povos indígenas do Nordeste Brasileiro, que incorporam esse ritual como forma de expressão étnica e política. E envolve uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos, ao som de maracás, zabumbas, gaitas e apitos, de grande importância para os indígenas. O ritual do toré é considerado o símbolo maior de resistência e união entre os índios do Nordeste brasileiro (GASPAR, 2011).

² A Comissão de Professoras/es Indígenas em Pernambuco (COPIPE) é uma comissão que reúne representantes de todos os povos indígenas de Pernambuco e tem como objetivo desenvolver ações coordenadas em prol da garantia do direito à educação escolar específica, diferenciada e intercultural no estado. A frase “Educação é um direito mas tem que ser do nosso jeito” é o slogan de luta criado pela Copipe como consta em seu site oficial.

Central e Sertão do Moxotó de Pernambuco, a partir da pesquisa documental focada nas linguagens trabalhadas no Projeto Político Pedagógico (2015) e no Currículo Intercultural Indígena Kapinawá (2018).

O interesse pelo tema desta pesquisa surgiu pelo contato direto com os povos indígenas do estado de Pernambuco. Primeiramente, a autora teve oportunidade de participar de uma vivência no território do Povo Xukuru do Ororubá, localizados no município de Pesqueira, onde todos os anos ocorre a assembleia Xukuru, sempre com um tema central em defesa dos povos originários e homenageando o grande Cacique Xikão que foi brutalmente assassinado a mando dos fazendeiros em maio de 1998. Este contato se aprofundou e se estendeu para outros povos quando em 2018 a pesquisadora se candidatou ao cargo de Deputada Estadual e foi eleita para um mandato coletivo com mais quatro mulheres na chapa chamada “Juntas Codeputadas”. Dessa forma, a investigadora passou a atuar de forma mais direta em reuniões, negociações, audiências públicas, seleção no Edital Estamos Juntas e com destinação de Emendas Parlamentares. Também, na luta em defesa da vida, dos seus territórios, da educação específica e diferenciada, e contra o projeto que previa a construção de uma usina nuclear no Sertão de Itaparica.

Além disso, a escolha desse tema se deu pela necessidade de compreensão de como se dá o trabalho com as linguagens através da análise do documento oficial Projeto Político Pedagógico (2015) e do Currículo Intercultural Indígena Kapinawá (2018) e suas linguagens, valorizando a visão, as práticas e a realidade indígenas. Portanto, justifica-se essa pesquisa pela contribuição à sociedade em geral que terá acesso ao conhecimento da educação dessa etnia, bem como ao meio acadêmico com uma análise do PPP (2015) e do Currículo (2018), seu modo de ensino e aprendizagem, considerando seus saberes tradicionais enquanto etnia no estado de Pernambuco, uma vez que existem alguns textos como o de Andrade (2014), Sampaio (1995) e Lima (2019) que trazem estudos sobre o território e demarcação, sobre a cultura e artes indígenas na educação infantil, sobre os saberes tradicionais voltados para questões religiosas, mas não há textos acadêmicos que falem especificamente sobre o PPP e o currículo Kapinawá e suas linguagens.

A questão que norteou a pesquisa foi: Como é proposto o trabalho com as linguagens no Projeto Político Pedagógico e no Currículo do povo Kapinawá? Com

vistas a respondê-la, o objetivo geral foi analisar o PPP e o currículo Kapinawá com foco no trabalho com as linguagens. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: analisar a organização da educação no território Kapinawá, considerando seus saberes tradicionais e culturais e conhecendo suas linguagens; identificar e descrever as diferentes linguagens presentes no PPP e no currículo do povo Kapinawá; e refletir sobre as relações dialógicas do Currículo Kapinawá com os documentos oficiais.

Trata-se de uma pesquisa documental e qualitativa, baseada nos pressupostos teórico-metodológicos de Bakhtin (1979; 1997), Marcuschi (2000), Walsh (2012), Bardin (2011) que compreendem a linguagem como um processo interacional, sócio-historicamente situado nas relações sociais e na prática da oralidade e escrita; e ancorada nos documentos oficiais BNCC (2018) e PCN de Pernambuco (2020).

2 EDUCAÇÃO INDÍGENA E DOCUMENTOS OFICIAIS

O registro sobre o respeito e o reconhecimento da cidadania aos povos indígenas estão declarados na Constituição Federal. “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988, Art. 231).

Embora os povos indígenas tenham o direito de definir seu próprio sistema de ensino, conforme assegurado pela Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas, eles também têm direito a receber uma educação formal de qualidade enquanto cidadãos. Portanto, incluir as comunidades indígenas e sua cultura no sistema educacional é assegurar o direito à educação a todos os povos e dever do Estado, conforme a Constituição Federal (1988).

Os marcos oficiais da educação escolar indígena remontam à Portaria Interministerial n.º 559, de 1991, do Ministério da Educação (MEC) que assegura aos povos indígenas o direito a uma educação de qualidade, diferenciada, laica, bilíngue, com escolas nas áreas indígenas, conteúdos curriculares e materiais didáticos adequados. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reafirma: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (LDB, 1996, Art. 32, IV, § 3.º).

Por sua vez, em 1998, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas declara a diferenciação da escola indígena das demais escolas do sistema, respeitando a diversidade cultural, a língua materna e a interculturalidade. Já em 1999, a Resolução nº 3 do MEC fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e estabelece:

No âmbito da educação básica, a estrutura e o funcionamento das Escolas Indígenas, reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprios, e fixando as diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngue, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica (MEC, 1999, Art. 1).

Desse modo, a EEI ocorre em escolas dentro do seu território, com formação específica do corpo docente, considerando seu contexto e respeitando os princípios constitucionais que orientam a Educação Básica brasileira.

Enquanto isso, o Parecer n.º 14 do MEC, de 1999, assegura, o direito a uma educação de qualidade aos povos indígenas, que respeite e valorize seus conhecimentos e saberes tradicionais e permite acesso a conhecimentos universais, de forma a participarem ativamente como cidadãos plenos do país.

A inclusão no currículo oficial da rede de ensino da obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” ocorreu através da alteração da LDB na Lei n.º 11.645/2008. Posteriormente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) definiu a equidade como base para o reconhecimento de que os estudantes, inclusive os povos indígenas, apresentam diferentes perfis e necessidades - “Um planejamento com foco na equidade também exige um claro compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos — como os povos indígenas originários” (BNCC, 2018, p. 15).

Com vistas a atender ao que rege a BNCC, devem ser asseguradas competências específicas a serem desenvolvidas a partir de suas culturas tradicionais, na elaboração de currículos nas diferentes modalidades de ensino, incluindo a EEI.

Conforme Moreira e Silva (1997, p. 28), “o currículo é um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação e recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão”. Assim, compreende-se que o currículo é a base fundamental da educação entrelaçada com a ideologia, a cultura e com as relações sociais e de poder.

Já o projeto político pedagógico (2015) tem por objetivo construir e definir as ações diretas no ambiente escolar, traçando relações entre alunos, professores, pais, comunidade e sociedade em geral. Essa relação é fundamental para que o PPP seja de fato utilizado como instrumento de trabalho e que esteja sempre à disposição para ser revisitado quando necessário. Veiga (2001, p. 110) define o PPP como:

Um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultados. Além disso, harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo sua

autonomia e definindo seu compromisso com a clientela. É a valorização da identidade da escola e um chamamento à responsabilidade dos agentes com as racionalidades interna e externa (VEIGA, 2001, p. 110).

É papel da gestão escolar desempenhar um PPP que dialogue com as necessidades e realidade da escola, dos alunos e docentes, e que esteja cumprindo com as diretrizes e bases da educação nacional.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Pernambuco/PCN-PE (2020) contribuem na ampliação de uma educação específica, diferenciada, intercultural e bilíngue, portanto, o PCN-PE está em consonância com o documento oficial da Constituição Federal e com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil-RCNEI (1998).

O documento em questão reconhece que os povos indígenas receberam educação escolar pautados na catequese, na civilização e na integração forçadas dos indígenas na sociedade brasileira, e que com a articulação da sociedade civil trabalhando conjuntamente com as comunidades indígenas para superar esse histórico de submissão forçada dos indígenas no país, resultou nessa importante vitória, em reconhecer que os povos originários precisavam ter por direito uma educação específica e diferenciada dentro dos parâmetros instituídos em leis nacionais das quais já foram citadas no presente documento.

É exposta uma preocupação no PCN-PE (2020) com a dificuldade de sistematizar, acompanhar e elaborar os materiais pedagógicos específicos para o ensino aprendido nos territórios, e acrescenta ainda que isso põe em risco a preservação da identidade étno-cultural dos povos indígenas no Brasil. No ATLAS de Pernambuco³ (2023) há o reconhecimento de 8 etnias espalhadas pelo agreste central ao sertão, cerca de 20 mil indígenas no Estado.

O documento explicita 16 (dezesseis) objetivos e metas na educação indígena, dentre elas: a oferta da educação escolar indígena que atenda às especificidades das etnias existentes em Pernambuco, expansão dos programas educacionais nas

³ No ATLAS do Pernambuco Indígena (2023) há o reconhecimento de 8 etnias espalhadas pelo agreste central ao sertão, cerca de 20 mil indígenas no Estado. Pesquisa realizada por pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade (Nepe), pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE.

comunidades indígenas, fortalecer e consolidar a educação específica e diferenciada, reconhecimento público do magistério indígena, criação de programas voltados para produção de materiais didáticos e específicos para os grupos indígenas, dentre outros que são fundamentais para o funcionamento da educação intercultural escolar indígena no Estado de Pernambuco.

2.1. Educação Intercultural Indígena de Pernambuco e Currículo Kapinawá

Walsh (2012; 2013) propõe pedagogias interculturais e decoloniais resistentes, construídas em espaços, práticas e contextos baseados em conhecimentos historicamente marginalizados que desestabilizem, denunciem e combatam as práticas, estruturas e conhecimentos hegemônicos, constituindo luta e resistência.

Historicamente, os povos indígenas foram submetidos a um modelo de educação que colonizou sua língua materna, seus saberes ancestrais e tradicionais, suas vivências em comunidade por muitas décadas. O ensino era realizado pelos jesuítas por volta do século XVI, representantes cristãos que vieram na missão de catequizar os indígenas, responsáveis por educar os indígenas para a “civilização”, e ainda os incluir forçadamente na sociedade, pois os viam como selvagens, obrigando-os a estudar a língua portuguesa oriunda de Portugal, desconsiderando a língua materna, suas tradições, seus saberes, sua cultura e ancestralidade enquanto povos originários que já habitavam o Brasil, conhecido em 1500 por Pindorama. As coleções didáticas aprovadas pelo PNLD/2017, escritas por pessoas não-indígenas, trazem uma narrativa portuguesa do que ocorreu e não a partir da vivência dos povos indígenas desde a “invasão” até os dias atuais.

Os povos indígenas têm o direito a todas as formas de educação, incluindo o acesso à educação em suas próprias línguas, e o direito de estabelecer e controlar seus próprios sistemas educacionais e institucionais. Os recursos serão proporcionados pelo Estado para estes propósitos (ONU, 2007, parte II artigo 10).

Portanto, a EEI é um modelo de educação intercultural, específica e diferenciada, direcionada ao ensino-aprendizagem dos povos indígenas no Brasil, a partir do ano

de 1988 quando diversos povos indígenas ocuparam Brasília⁴ para garantir seus direitos culturais, ancestrais, territoriais e o direito à vida de todos os povos originários. Resultou daí a garantia de diversos direitos na Constituição Federal de 1988, dentre esses direitos, a educação escolar indígena. Conforme a Constituição Federal (BRASIL, 1988) no seu art. 210, parágrafo 2º, afirma que “o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”.

Além disso, há a promulgação da lei nº 11.645/2008 que torna obrigatório o ensino sobre a história e cultura dos povos indígenas no Brasil. Um passo fundamental para que os povos originários possam contar sua própria história, sem apagamento de raízes ancestrais, identidade, conhecimentos e saberes tradicionais enquanto povo.

O MEC e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) propõem as seguintes ações: a) Formação inicial e continuada de professores indígenas em nível médio (Magistério Indígena); b) Formação de Professores Indígenas em Nível Superior (licenciaturas interculturais); c) Produção de material didático específico em línguas indígenas, bilíngues ou em português; d) Apoio político-pedagógico aos sistemas de ensino para a ampliação da oferta de educação escolar em terras indígenas; e) Promoção do Controle Social Indígena; e f) Apoio financeiro à construção, reforma ou ampliação de escolas indígenas.

Para realizar a Educação Escolar Indígena, a BNCC (2018) orienta utilizar princípios pedagógicos próprios, com referências específicas, como: Currículos interculturais, diferenciados e bilíngues; Sistemas próprios de ensino e aprendizagem; incluir conhecimentos indígenas e conteúdos universais; e Ensino da língua indígena como primeira língua.

⁴ Constituição Federal (1988) – Um marco histórico para os povos indígenas do Brasil, que pela primeira vez participaram da construção e inclusão dos povos originários na Constituição de 88, que passou a garantir por lei os direitos constitucionais (Saúde, educação, demarcação dos territórios, segurança alimentar e proteção do estado brasileiro) a todos os povos indígenas. Os indígenas foram os protagonistas dessa luta, que se deu através de uma grande mobilização nacional indígena em Brasília em defesa da Constituição Federal de 88. (CONSTITUIÇÃO, 1988).

Enquanto o Projeto Político Pedagógico constitui-se como documento explicitador dos processos educativos da unidade escolar (Art. 44. das DCNEB, 2010), as DCNEEI (2012, Art. 14) destacam sua expressão da autonomia e da identidade escolar, bem como uma referência importante na garantia do direito a uma educação escolar diferenciada, apresentando princípios e objetivos da Educação Escolar Indígena, de acordo com as diretrizes curriculares instituídas nacional e localmente, bem como os desejos das comunidades indígenas sobre a educação escolar.

Pensar, construir e estruturar um Projeto Político Pedagógico seguindo todas as normas e perspectivas tradicionais, crítica e pós-crítica é um desafio tanto para os professores, quanto para a gestão escolar no seu processo de execução. Pois, o pensar a educação e a garantia do ensino-aprendizagem exige dos docentes autonomia, criatividade e diálogos permanentes com seus alunos.

Conforme o estabelecido pelas DCNEB (2010, p. 27), pensar as formas de organização curricular da escola, implica entender que currículo é o “conjunto de valores e práticas no espaço social contribuem para a construção de identidades sociais e culturais dos estudantes”.

Segundo Arroyo (2013), “O currículo está aí com sua rigidez, se impondo sobre nossa criatividade. Os conteúdos, as avaliações, o ordenamento dos conhecimentos em disciplinas”, ou seja, o currículo funciona como uma ferramenta que exige uma série de regras e normas que precisam ser adotadas para que o aluno aprenda os conteúdos proposto no PPP (2015) e desenvolva seus conhecimentos, porém, o autor provoca uma reflexão acerca de todas essas normas, de como pode ser rígido e até engessado o seu processo de educar.

Para Freire (2015), não há prática social mais política do que a pedagógico-educativa. Nesta perspectiva, o professor decolonial, incluindo o indígena, amplia o seu compromisso sócio-político com as lutas sociais e epistêmicas, com vistas à emancipação dos povos. A autonomia profissional é fundamental para que os professores desenvolvam suas aulas de forma dinâmica, criativa, coletiva com ampla participação dos alunos, sem que seja por imposição ou determinação apenas da matéria a ser estudada. Considerar a vivência e estrutura social, cultural e econômica de seus alunos, é garantir uma educação qualificada, crítica, bem desenvolvida e

fortalecida pela realidade de quem compõe a sala de aula. Assim, as novas pedagogias interculturais e decoloniais têm a responsabilidade de ler o mundo.

O RCNEI (1998) estabelece alguns princípios que devem nortear a elaboração dos currículos das escolas indígenas: a) Comunitária: a própria comunidade indígena conduz as ações escolares, conforme seus projetos, suas concepções e seus princípios, com liberdade de decisão sobre o calendário escolar, a pedagogia, os objetivos, os conteúdos, os espaços entre outros; b) Intercultural: pretende reconhecer e manter a diversidade cultural e linguística, promover discussões e experiências socioculturais de diferentes origens para estimular o entendimento e o respeito entre seres humanos de identidades étnicas diferentes; c) Bilíngue/Multilíngue: a cultura e as características indígenas se expressam em diferentes línguas, que devem ser contempladas nos currículos; e d) Específica e diferenciada: considerar as particularidades dos povos indígenas e respeitar sua autonomia. Sobre isso, indica o RCNEI (1998, p. 25), “Todo projeto escolar só será escola indígena se for pensado, planejado, construído e mantido pela vontade livre e consciente da comunidade” com apoio do Estado e outras instituições.

A etnia Kapinawá propõe um olhar sobre a educação como “diferenciada”, pois há uma compreensão que a sua forma de ver e preservar as suas linguagens, o seu território, sua cultura, sua história e costumes tem total relação com a educação que eles querem passar de geração em geração para seu povo.

2.2 Linguagens no Projeto Político Pedagógico

Para Bakhtin (1997, p.116), “a linguagem é um instrumento de interação social”, portanto, podemos compreendê-la como uma linguagem ligada ao tempo, espaço, e ao sujeito que utiliza a língua. Identificar as linguagens presentes na etnia Kapinawá a partir da análise do PPP (2015) e de seu currículo (2018), é fundamental para evidenciar como as linguagens se manifestam na educação, no território, assim como sua forma de se comunicar, também como símbolo de luta, resistência e sabedoria dos mais velhos das aldeias. O campo da linguagem é bastante vasto, e traz no Programa Nacional do Livro e do Material Didático-PNLD como LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS, que busca ensinar aos alunos sobre o uso da língua, suas concepções e importância na sociedade.

Enquanto Bakhtin traz a concepção da linguagem como um importante instrumento de interação entre os indivíduos, Marcuschi (2008, p. 60) afirma que tal noção desvincula a língua das perspectivas cognitiva e social, “Essa visão levou ao estudo da língua enquanto código virtual, isolado de sua utilização”.

De acordo com Leite (2010, p. 213), “a língua é uma ferramenta de comunicação, compreensão e atuação no mundo, abrange dimensões que interessam a todas as atividades humanas, ainda mais ao ensino”. Portanto, compreende-se que a linguagem é um instrumento de comunicação que permite diálogos entre indivíduos e é responsável pelo desenvolvimento, formação, construção e preservação histórica da humanidade, pois é através da linguagem que se pratica a oralidade, a escrita, a leitura e outras tecnologias e concepções que cercam o mundo da linguagem.

O RCNEI compreende a língua como delineada no uso, ou seja, a estrutura da língua serve ao uso. Oralidade e escrita são recorrentes nos PPPs para o trabalho com linguagens e são assumidas pelas escolas indígenas como as habilidades desejáveis no âmbito do ensino.

Aluno indígena deve tornar-se capaz de: –Usar a(s) língua(s) do seu repertório linguístico para expressar-se oralmente, de forma eficiente e adequada às diferentes situações e contextos comunicativos. –Ser leitor e escritor competente na(s) língua(s) onde essas competências for(em) julgada(s) necessária(s) e relevante(s) (RCNEI, 1998, p. 130).

Para o trabalho com a oralidade, o RCNEI indica a necessidade de o professor “reservar um tempo, em sua sala de aula, para que os alunos contem e comentem fatos que aconteceram com eles; para conversar e trocar ideias e opiniões com os alunos sobre assuntos variados; para conversar sobre ideias polêmicas...”, dentre outros (RCNEI, 1998, p. 131). Por sua vez, quanto à escrita, o professor deve considerar questões referentes à ortografia, ao sentido do texto na vida do escritor, à preocupação com o leitor, à especificidade da escrita em detrimento da oralidade, dentre outros. O trabalho com linguagens não é relacionado apenas ao ato de ensinar a ler e a escrever, mas à interação do usuário com seu mundo pela língua, ou seja, para atender às suas necessidades comunicativas.

As Licenciaturas Interculturais Indígenas ou Licenciaturas em Letras, destinadas à formação dos professores indígenas que atuam no ensino de língua nas escolas indígenas, precisam favorecer práticas que permitam ao professor a (re)construção de modelos de ensino, de forma que o professor veja o conteúdo de seu componente curricular na sua língua.

Portanto as ações da escola devem fortalecer os usos da língua, mostrando que a língua carrega sua carga cultural, suas histórias e transformações. Ter consciência do significado da própria língua é importante para as ações de promoção linguística. Nesse sentido, a escola indígena é promotora de ações linguísticas. Assim, argumentamos em favor de que o trabalho com linguagens, indígenas ou não, seja autônomo e contextualizado.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi documental, descritivo-exploratória e qualitativa, com vistas a analisar as propostas de uso das linguagens no Projeto Político Pedagógico (2015) e no Currículo Intercultural do Ensino Fundamental do Povo Indígena Kapinawá (2018), localizado nos municípios de Buíque, Tupanatinga e Ibimirim, região do Agreste Central e sertão do Moxotó de Pernambuco. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os documentos oficiais que norteiam a educação escolar indígena e sobre currículo.

Os dados foram coletados no documento oficial Projeto Político Pedagógico (2015) Kapinawá, no texto oficial (2022) que complementa o currículo intercultural indígena Kapinawá e na Proposta Pedagógica Curricular (2018), na BNCC (2018), e nos Parâmetros Curriculares de Pernambuco (2020). Baseamo-nos nos pressupostos teórico-metodológicos de Bakhtin (1979), Marcuschi (2000), Freire (2015), Walsh (2012), Bardin (2011).

O PPP possui 47 páginas, pois ainda está em processo de elaboração. A construção do documento teve início no ano de (2015) e a análise se deu de forma qualitativa com foco nas linguagens no currículo Kapinawá, porém, constatou-se que o Projeto Político Pedagógico se encontra incompleto, pois compreende-se que a construção do PPP é contínuo. Sendo assim, foi preciso recorrer a alguns documentos complementares como o texto oficial (2022) do currículo intercultural Indígena Kapinawá (2018). O foco foi direcionado aos componentes curriculares que apresentam conteúdos e manifestações da linguagem. A análise do PPP (2015) e do Currículo Intercultural Indígena Kapinawá (2018) foi correlacionada aos documentos oficiais como a Constituição Federal (1988), a BNCC (2018), o RCNEI (1998) e os PCN de Pernambuco (2020).

No campo das políticas educacionais, o uso de documentos oficiais tem se configurado essencial para desvelar o projeto educativo para determinado nível, etapa e/ou modalidade da educação. A pesquisa documental aqui empreendida tem como proposta “[...] esgotar todas as pistas capazes de [...] fornecer informações interessantes” (CELLARD, 2008, p. 298). Nesse sentido, recorreremos a Lüdke e André

(2015, p. 45) para substanciar a hipótese que permeia este texto, segundo os quais “[...] a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse [...]”. Em perspectiva crítica, Evangelista (2012, p. 57) assevera: “Documentos oferecem pistas, sinais, vestígios e compreender os significados históricos dos materiais encontrados é sua tarefa”.

Para a análise dos dados foram utilizadas as técnicas de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), na perspectiva qualitativa, para captar os sentidos simbólicos e a realidade para compreender criticamente os sentidos das comunicações, conteúdos manifestos ou subjacentes e seus significados explícitos ou ocultos. As técnicas consistem em três etapas, sendo a primeira a pré-análise, a segunda diz respeito à exploração, categorização ou codificação do material em análise e a terceira se refere ao tratamento dos resultados, inferências e interpretação. Em associação, foram utilizadas a técnica de Análise dialógica do discurso (BAKHTIN, 1979; MARCUSCHI, 2000), analisando o currículo Kapinawá em relação dialógica com os discursos dos documentos oficiais que instituem a EEI.

4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Organização da educação no PPP e Currículo Kapinawá

A educação para o povo Kapinawá se dá pela organização social e pelas práticas pedagógicas construídas para formar guerreiros e guerreiras nas aldeias que compreendam seu papel enquanto indígena Kapinawá, mas também como cidadã que está sendo educada para enfrentar as adversidades do mundo (KAPINAWÁ, 2015).

Isso está registrado no Projeto Político Pedagógico do povo Kapinawá que se encontra em processo de elaboração estrutural, além de considerarmos que os PPP estão em processo contínuo de construção, mas é possível enxergar o formato e a sua relação com a educação escolar indígena Kapinawá. Há uma percepção da educação baseada no ensino da interculturalidade presente nas aldeias e nessa relação com os conteúdos exigidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), conforme veremos, mais adiante. Além disso, é possível identificar que foi construído um calendário próprio com dias letivos, feriados, e datas comemorativas consideradas importantes para a comunidade, diferenciando-se do calendário anual construído pelo estado para pessoas não-indígenas.

Sendo os saberes tradicionais Kapinawá construídos a partir das experiências do próprio povo, base para sua educação, comprovam-se as especificidades e diferenciações dela em relação à educação não-indígena. Como garantido na Constituição Federal (1988), em seu Art. 210, "Os povos indígenas têm direito a uma educação escolar diferenciada e intercultural (Decreto 6.861), bem como multilíngue e comunitária", ou seja, é garantido por lei que os povos indígenas tenham o direito a uma educação inclusiva sobre seus saberes culturais, ancestrais e tradicionais em que são ensinados aos alunos o respeito e a preservação de sua história, cultura, identidade, além da importância de rituais, cantos, artesanatos, entre outros.

Ao analisar o PPP (2015) e o Currículo Intercultural indígena Kapinawá (2018), percebe-se que eles atendem e estão de acordo com o documento oficial RCNEI (1998) no que tange às exigências necessárias de movimento, Artes visuais, Música, Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade e Matemática, buscando o desenvolvimento do discente e o ensino aprendido de acordo com sua realidade.

Dessa forma, o povo Kapinawá tem trabalhado com a inclusão dos sete eixos da educação escolar indígena, Terra, Identidade, História, Organização, Interculturalidade, Arte indígena e Bilinguismo, considerados indispensáveis à construção do seu PPP (2015) e à realidade escolar que os fortalecem enquanto pessoa e profissional, colocando em prática a educação específica e diferenciada, por compreenderem que o seu processo de educação só é possível com a união entre os saberes tradicionais do povo e a educação pautada no RCNEI (1998), BNCC (2018), na construção do Projeto Político Pedagógico (2015) e no currículo intercultural indígena (2018). Contribuindo, portanto, para que os povos, inclusive os Kapinawá, superem o apagamento histórico de seu povo, suas crenças e suas linguagens no Brasil.

Há alguns princípios que fundamentam a educação escolar indígena presente no Currículo Intercultural Indígena Kapinawá (2018), a **Interculturalidade, Diferença, Coletividade, Especificidade, Confraternização, Respeito, União, Solidariedade, Equidade social e Bilinguismo**. Esses são os princípios fundamentais para o exercício de uma educação que leve em consideração os saberes tradicionais do povo Kapinawá e que, ao mesmo tempo, esteja em confluência com os conteúdos necessários para o ensino aprendido dos alunos, inclusive de linguagens, como orientam os documentos oficiais LDB (1996), BNCC (2018) e RCNEI (1998).

Os conceitos de educação específica, diferenciada, intercultural e bilíngue presentes no RCNEI (1998) constam no PPP Kapinawá (2015), promovendo melhoria da qualidade de ensino e formação dos estudantes indígenas enquanto cidadãos. Tal perspectiva reforça a função social da educação escolar indígena e é pautada na pedagogia dialógica, decolonial (WALSH, 2012) estando professores, coordenadores, cacique, pajé, lideranças e comunidade envolvidos no cotidiano da escola.

Nessa perspectiva, o povo Kapinawá tem calendário próprio com sete elementos que fazem parte de sua cultura.

Quadro 1: Elementos do Calendário Específico e diferenciado do Povo Kapinawá

O caju: representa parte da economia do Povo. É extraída a fruta nos meses de novembro a março onde é vendida apenas a semente nas cidades mais próximas ou mesmo comemos. No calendário representa os sábados e os domingos do ano letivo.
O maracá: instrumento indígena feito com a cabaça do coité seco e contendo no seu interior sementes extraídas do mato, é tampado com uma madeira que serve de apoio para balançá-lo na hora de dançar o Toré e no Ritual Sagrado. No calendário representa a frequência.
A Furna com a porta aberta: na Furna dos Caboclos se encontra um cemitério sagrado onde estão enterradas ossadas dos nossos ancestrais fazendo assim parte da cultura do Povo Kapinawá. No calendário indica o início do ano letivo.
A Furna com a porta fechada: no calendário indicando que é o final do ano letivo.
Cruzeiro Indígena: traz força para os Kapinawá, representa os espíritos dos ancestrais que aparecem para dar força nas lutas e nos guiar pelo caminho do bem. No calendário indica feriado ou a morte de um índio que fez história para a comunidade
Sol: astro rei, que nos dá luz e energia para buscarmos a vitória e cultivarmos o que plantamos. No calendário significa recesso escolar
Chapéu Kapinawá: é o símbolo oficial do Povo Kapinawá. Representa o nosso artesanato, é feito da palha do coco ouricuri. Protege os índios (as) no roçado contra a radiação do sol no período da manhã e no final da tarde. É também fonte de economia para o povo. No calendário significa que é dia de planejamento entre professores e gestão das escolas

Fonte: Elaborada pela autora a partir do documento oficial PPP Kapinawá (2023).

Merece destaque a relação dos indígenas Kapinawá com a terra, sementes, plantios, colheitas e com a força sagrada da natureza, e o quanto essa relação é alimentada e introduzida no processo de ensino e aprendizado dos alunos dentro e fora da sala de aula. A educação Kapinawá e a educação escolar Kapinawá convergem porque linguagens e cultura se manifestam na oralidade, na escrita e na ancestralidade materializada nas aldeias, a partir das inferências na análise do PPP (2015).

No currículo Kapinawá, a interdisciplinaridade é contemplada. São indissociáveis a Geografia e a importância da demarcação de seu território, estudar História e o histórico de luta e resistência enquanto povo originário. Nele, não é possível trabalhar Artes sem ensinar a importância das pinturas corporais, do Toré, da sambada de coco, das vestimentas e artesanatos feitos pelos próprios indígenas.

Imagem 1: Professor de artes ensinando sua aluna a fazer artesanatos e alguns artesanatos feitos pelos estudantes Kapinawá.



Fonte: Autora da pesquisa (2022).

Assim, reconhece-se a educação escolar indígena Kapinawá como fonte de conhecimentos tradicionais alinhada com o RCNEI (1998), documento que lança um novo olhar para a educação tradicional ao propor “metas de qualidade que contribuam para que as crianças tenham um desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescerem como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos” e contribuir para a realização, nas instituições, do “objetivo socializador dessa etapa educacional, em ambientes que propiciem o acesso e a ampliação, pelas crianças, dos conhecimentos da realidade social e cultural” (RCNEI, 1998, p. 7).

Organizacionalmente, os três pilares fundamentais de um PPP são: o Projeto, o Político e o Pedagógico. O projeto se refere ao planejamento das ações que serão realizadas em um determinado período, tendo em vista o futuro desejado. Dessa forma, o PPP Kapinawá (2015), que orienta o Currículo Intercultural Kapinawá, é organizado interculturalmente, a partir de princípios e eixos que valorizam suas crenças, valores e práticas socioculturais.

Enquanto isso, o político diz respeito ao papel social da escola como agente de formação cidadã e transformação da realidade. Nessa perspectiva, no PPP Kapinawá (2015), isso se faz presente na luta e resistência de suas práticas e valores da aldeia em sala de aula, bem como na criação de um calendário escolar próprio para a organização do tempo e das atividades, tendo como marcas seus elementos característicos como o caju, o maracá, o chapéu Kapinawá, como vimos anteriormente. Por sua vez, o pedagógico envolve as atividades e metodologias que

contribuem para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. No PPP Kapinawá, identificamos esse aspecto, por exemplo, no uso de tecnologias, de métodos tradicionais e interculturais de construção e desenvolvimento de conhecimento através de contação de histórias, prática de danças indígenas, cantos e rituais religiosos, com vistas a garantir e fortalecer sua identidade, formas próprias de organização social, tradições e saberes.

Contudo, tendo em vista o caráter oficial do referido documento, como expressão da autonomia e da identidade escolar (DCNEB, 2010; DCNEEI, 2012), cabe ressaltar suas limitações, quanto aos limites e possibilidades, como à falta abordagem articulada das concepções político-pedagógico de educação, linguagens, conhecimento e avaliação, à falta de dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) sobre reprovação, estratégias de recuperação de estudantes com baixo rendimento, bem como a falta de abordagem teórica explícita acerca das concepções sobre linguagem, foco da presente pesquisa.

Também, há lacunas a respeito do detalhamento da Matriz Curricular, quanto à organização e à avaliação. Ainda, quanto à dimensão administrativa, financeira e física (instalações e acessibilidade); metas ações e responsáveis. É possível que o fato de o PPP ainda estar em processo de elaboração estrutural (embora consideremos que a construção do PPP é contínua) justifique parte dessas ausências.

4.2 Linguagens no currículo Kapinawá e documentos oficiais

É importante compreender as linguagens muito além da sua prática oral ou da escrita, mas como instrumento que simboliza força, luta, resistência e a essência de um povo. No currículo intercultural indígena do povo Kapinawá, a linguagem é compreendida na sua prática e uso da língua, na produção da escrita e da oralidade e no trabalho com gêneros textuais que se manifestam na fala.

Embora valorizem as práticas tradicionais, o currículo propõe a utilização de tecnologias atuais como o *WhatsApp*, o *Word*, *Powerpoint* e *podcasts*. Como consta na BNCC (2018) e no RCNEI (1998, p. 66), quanto à inclusão digital, as escolas podem utilizar recursos tecnológicos diversos de “gravação e desenhos, câmera fotográfica, vídeos e utilização de computadores.” Essas tecnologias dão suporte à

criação, ao registro das atividades da escola e à avaliação do ensino-aprendizado dos alunos.

Através do texto oficial do Currículo Intercultural Indígena Kapinawá (2022), foi possível identificar duas grandes áreas de trabalho específico de linguagens: Linguagens e suas Manifestações e Linguagens e Expressões Artísticas. Na Área de Linguagens e suas manifestações, encontrou-se o registro de: Educação Física para o Povo Kapinawá, Língua Inglesa para o Povo Kapinawá, Língua Portuguesa para o Povo Kapinawá, Arte Contemporânea para o Povo Kapinawá e Ensino Religioso para o Povo Kapinawá. Por sua vez, na área de Linguagens e Expressões Artísticas, encontrou-se Arte Indígena para o Povo Kapinawá.

Todo o trabalho com as linguagens se reflete em suas práticas pedagógicas, reforçando a sua cosmovisão da educação Kapinawá em relação com o mundo sócio-histórico-cultural, a partir de livros didáticos e livros elaborados pelo povo Kapinawá, apresentações culturais, samba de coco, Toré, entre outros. Contudo, as aulas são ministradas em português, uma vez que apenas um ancião conhece a língua Kapinawá e não há transmissão dela aos mais novos. Dessa forma, não há prática da língua própria local, interferindo no sistema cultural de comunicação entre os membros mais velhos e mais novos da comunidade.

Imagem 2: Atividades escolares do Povo Kapinawá da Escola Estadual Indígena Saturnino Vieira, e livros produzidos pelos professores Kapinawá.



Fonte: Autora da pesquisa (2022).

Pode-se dizer que essas linguagens se manifestam no exercício diário e na convivência entre os Kapinawá, a partir da prática da leitura e da produção de livros, como os presentes na imagem acima, da escrita e oralidade nas atividades, dos cantos e do Toré, da prática de seus rituais, relacionando com os conteúdos da BNCC (2018) e PCN-PE (2020) com as vivências e experiências adquiridas na própria

comunidade e, conforme imagem a seguir.

Imagem 3: Toré do Povo Kapinawá com alunos da Escola Estadual Barão do Rio Branco.



Fonte: Autora da pesquisa (2022).

O povo Kapinawá trabalha seus componentes curriculares seguindo as regras da BNCC (2018), relacionando o ensino de seu conteúdo com a História e a cultura de seu povo. Por exemplo, no organizador de currículo da BNCC (2018) é apresentado no campo de Língua Portuguesa que os alunos no ensino fundamental precisam compreender e aprender sobre o alfabeto, no Currículo Intercultural Indígena Kapinawá (2018, p.2), no eixo da Identidade, os professores Kapinawá executam essa tarefa relacionando o ensino do alfabeto com a leitura e escrita do nome do aluno como uma prática de reafirmar sua própria identidade.

Quadro 2: Componente Curricular Língua Portuguesa do 1º ano do Ensino Fundamental.

Princípios da Educação Escolar Indígena	Eixos da Educação Escolar Indígena	Componente Curricular (Disciplina): Língua Portuguesa
		Ano: 1º Ano
		Expectativas de aprendizagem
Interculturalidade	Terra	<ul style="list-style-type: none"> • Ler pequenos textos, frases e imagens relacionadas ao território Kapinawá;
Diferença		
Coletividade	Identidade	<ul style="list-style-type: none"> • Ler o alfabeto, escrever o nome para reafirmar sua própria identidade.
Especificidade	História	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e praticar as brincadeiras e cantigas de roda dos mais velhos. • Representar as estórias em forma de desenho.
Confraternização		
Respeito	Organização	<ul style="list-style-type: none"> • Observar imagens da organização social do povo Kapinawá e escrever frases afirmativas, interrogativas e exclamativas.
União		

Fonte: Kapinawá (2018, p. 2) Adaptado.

No campo da Educação Física do 3º ano do ensino fundamental, no eixo

interculturalidade Kapinawá (2018, p. 20), os alunos aprendem a prática do toré como ritual sagrado e identidade de si e do povo, ou seja, como linguagem (BNCC, 2018).

Quadro 3: Componente Curricular de Educação Física do 3º ano do Ensino Fundamental.

Princípios da Educação Escolar Indígena	Eixos da Educação Escolar Indígena	Componente Curricular (Disciplina): Educação Física
		Ano: 3º Ano
		Expectativas de aprendizagem
Interculturalidade	Terra	<ul style="list-style-type: none"> Considerar o toré como ritual sagrado praticado pelas aldeias.
Diferença		
Coletividade	Identidade	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver habilidades físicas e motoras através da dança: toré. Conhecer o ritual e o toré como identidade de si e do povo.
Especificidade		
Confraternização	História	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer a história do toré e samba de coco do povo.
Respeito		
União	Organização	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer as atividades esportivas desenvolvidas pelo povo. Participar de competições desenvolvidas pelos indígenas.
Solidariedade		
Equidade social	Interculturalidade	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver ações como andar, correr, saltar, girar, equilibrar, subir e descer nos espaços da escola.
Bilinguismo		
	Arte Indígena (Kapinawá)	<ul style="list-style-type: none"> Praticar o toré na escola.

Fonte: Kapinawá (2018, p. 20).

No Ensino Religioso, são repassados conhecimentos que mostram a importância de valorizar e respeitar os espaços sagrados existentes no território, ensinam sobre a prática do Toré como linguagem para fortalecer a religiosidade do povo, tradições religiosas, ouvir e relatar histórias dos mais velhos praticadas de geração em geração, realizar ritos e conhecer as lideranças que são detentoras do saber.

Quadro 4: Componente Curricular de Ensino Religioso do 1º ano do Ensino Fundamental.

Princípios da Educação Escolar Indígena	Eixos da Educação Escolar Indígena	Componente Curricular (Disciplina): Ensino Religioso
		Ano: 1º Ano
		Expectativas de aprendizagem
Interculturalidade	Terra	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer, valorizar e respeitar os espaços sagrados existentes no território; Reconhecer os elementos da natureza: o ar, o fogo, a água, a Terra, como ícone sagrado na religiosidade do povo;
Diferença		
Coletividade	Identidade	<ul style="list-style-type: none"> Praticar o toré fortalecendo a religiosidade do povo Kapinawá; Conhecer alguns saberes, tradições e costumes religiosos cultuados pelo povo Kapinawá;
Especificidade		
Confraternização	História	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer algumas tradições religiosas dos povos indígenas; Valorizar a prática de valores culturais vivenciados no cotidiano do povo;
Respeito		
União	Organização	<ul style="list-style-type: none"> Ouvir e relatar histórias do convívio familiar cultuadas pelos mais velhos que serão praticadas de geração a geração;
Solidariedade		
Equidade social	Interculturalidade	<ul style="list-style-type: none"> Realizar ritos religiosos vivenciados no cotidiano pessoal, familiar, escolar;
Bilinguismo		
	Arte Indígena (Kapinawá)	<ul style="list-style-type: none"> Identificar e respeitar as lideranças religiosas e sua importância como detentores do saber;

Fonte: Kapinawá (2018, p. 4).

Por sua vez, ao estudar o componente curricular de História, são relacionados os conteúdos da BNCC (2018) com os conhecimentos sobre a história de luta e conquista do território Kapinawá, a partir do trabalho com contação de histórias, relatos e fotos da infância para reafirmação étnica e cultural, conhecer a origem do nome Kapinawá e o histórico do seu povo contado pelos mais velhos das aldeias, compreender e respeitar a diferença da organização de cada família, além de conhecer a organização social, política e cultural do povo Kapinawá e ver o artesanato como fonte de renda.

Quadro 4: Componente Curricular de História do 1º ano do Ensino Fundamental.

Princípios da Educação Escolar Indígena	Eixos da Educação Escolar Indígena	Expectativas de aprendizagem
Interculturalidade	Terra	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer as aldeias da área de abrangência da retomada Kapinawá. Contar história de luta e conquista do Território Kapinawá.
Diferença		
Coletividade	Identidade	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer e relatar a própria história em forma de relato e fotografia de infância. Compreender a importância da reafirmação étnica e cultural.
Especificidade		
Confraternização	História	<ul style="list-style-type: none"> Ler imagens e compreender as histórias representadas. Compreender acontecimentos históricos do território Kapinawá. Conhecer as histórias das aldeias contadas pelos mais velhos.
Respeito		
União	Organização	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer a história da origem do nome Kapinawá; Compreender e respeitar a diferença da organização de cada família; Compreender a organização social, política e cultural do povo Kapinawá;
Solidariedade		
Equidade social		
Bilinguismo		
	Interculturalidade	<ul style="list-style-type: none"> Compreender a existência de diferentes tipos de família em uma determinada sociedade;
	Arte Indígena (Kapinawá)	<ul style="list-style-type: none"> Identificar a função dos membros da família no cotidiano e ver o artesanato como fonte de renda;

Fonte: Kapinawá (2018, p. 6).

No componente curricular de arte do 1º ano do ensino fundamental (2018, p. 15), os conhecimentos são explorados a partir do gênero textual relato, identificando diferentes formas de manifestações artísticas e suas linguagens, de práticas de danças (Toré e samba de coco), valorizando a identidade étnica e cultural do povo, que se manifestam também através das pinturas corporais, respeitando a natureza e considerando um trabalho que engloba os ODS (BNCC, 2018).

Quadro 5: Componente Curricular de Artes do 1º ano do Ensino Fundamental.

Princípios da Educação Escolar Indígena	Eixos da Educação Escolar Indígena	Componente Curricular (Disciplina): Arte
		Ano: 1º Ano
		Expectativas de aprendizagem
Interculturalidade	Terra	<ul style="list-style-type: none"> Valorizar a matéria prima como: caroá, palha, sementes, barro (argila) e madeira retirada da natureza, para confeccionar os artesanatos indígenas; Ouvir relatos dos mais velhos, ensinamentos e respeito a natureza na coleta da matéria prima ;
Diferença		
Coletividade	Identidade	<ul style="list-style-type: none"> Praticar as danças e os contos do toré e do samba de coco, nos espaços pedagógicos e culturais para valorizar a identidade étnica e cultural do povo;
Especificidade		
Confraternização	História	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer as histórias de luta e resistência dos mais velhos, tendo a natureza como desenvolvimento sustentável;
Respeito		
União	Organização	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer e valorizar a cultura material e simbólica do povo Kapinawá; Desenvolver habilidades com a prática da pintura corporal feminina e masculina do povo Kapinawá;
Solidariedade		
Equidade social	Interculturalidade	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer e produzir brinquedos, com materiais recicláveis; Identificar e apreciar formas distintas de manifestações artísticas e suas linguagens presentes no cotidiano;
Bilinguismo		
	Arte Indígena (Kapinawá)	<ul style="list-style-type: none"> Expressar por meio de desenhos, pinturas, modelagens e colagens as cores primárias e secundárias;

Fonte: Kapinawá (2018, p.15).

Os Kapinawá consideram que suas diversas linguagens, enquanto características do povo originário, estão presentes nas suas práticas cotidianas e as trabalham em salade aula, como a linguagem do Toré que é uma manifestação cultural, religiosa e ancestral entre os povos indígenas, além das vestimentas como a saia, o aió e o chapéu de palha, a produção do seu artesanato e de seu Maracá, como também, os cantos que são ensinados para as crianças, desde os anos iniciais e o samba de coco que é dançado em par nas aldeias. Também estão na utilização de matérias primas características como barro, sementes, madeira, coco, cabaça, caroá, palha, penas, areia, cipó. Ainda, na pintura corporal com produtos típicos como jenipapo, toá, açafraão e tuim (KAPINAWÁ, 2015).

Sendo essas as artes Kapinawá representantes de suas linguagens enquanto povo, que comunicam para a sociedade seus valores, conhecimentos, sabedoria e ancestralidade, a proposta da BNCC (BRASIL, 2018) está contemplada.

Compreende-se que o povo Kapinawá, além de valorizar seus saberes e culturas tradicionais, têm apropriação e domínio para exercer sua educação com bases nas suas vivências em território e no documento oficial da BNCC (2018), do PCN-PE (2020) e no RCNEI (1998).

A partir da relação do RCNEI (1998) com o PPP (2015) e o Currículo Intercultural Indígena Kapinawá (2018), verificamos que a educação escolar Kapinawá atende aos quatro princípios do Referencial Nacional Curricular da educação indígena, no que se refere a **educação específica, diferenciada, intercultural e bilíngue**, constando no Currículo Intercultural Indígena Kapinawá (2018) e no PPP Kapinawá (2015).

Ademais, enxerga-se no currículo analisado o trabalho com alguns tipos de linguagens, como: língua portuguesa trabalhada de forma decolonial (WALSH, 2012), valorizando gêneros textuais como a parlenda; o inglês como uma língua importante nas relações sociais e profissionais.

Segundo o Texto Oficial do Currículo Intercultural Indígena Kapinawá (KAPINAWÁ, 2022, p. 10) o ensino de inglês “vem ganhando mais espaço no ambiente profissional e pessoal. O seu conhecimento deixou de ser um diferencial e passou a ser um pré-requisito para algumas áreas de atuação, tornando-a uma língua muito significativa para o mercado de trabalho”. Para esse povo, o ensino-aprendizagem de inglês nas suas escolas é necessário, pois “não somos mais indígenas isolados como muitas pessoas da sociedade civil pensam” e por ela ser “[...] sobretudo um instrumento de ordem política, social e cultural para manter relações no mundo tecnológico e das comunicações” (KAPINAWÁ, 2022, p. 11). Além disso,

Com a globalização o inglês passou a ser a língua número um, [...] falada em viagens, negociações, entrevistas de trabalho e em várias outras situações, como por exemplo congressos internacionais com acordos entre chefes de Estados e lideranças de Movimentos Indígenas, Comunidades Ribeirinhas e/ou Quilombolas” (KAPINAWÁ, 2022, p. 11).

Ainda em relação ao Bilinguismo, a língua estrangeira estudada pelos Kapinawá é a inglesa, confirmando a interculturalidade proposta pelo documento oficial da BNCC (2018), sendo justificada a escolha por esta ser uma língua do mundo do trabalho e mais utilizada do que o espanhol que eram as duas únicas opções, já que a língua do seu povo foi se perdendo com o tempo durante os processos de conflitos e retomadas

do território. Os Kapinawá têm trabalhado no reconhecimento da língua estrangeira com foco na aprendizagem da sua gramática e na oralidade, na prática da leitura de textos verbais explorando os gêneros textuais, e evidenciando em sala de aula que a linguagem pode relacionar culturas e pessoas.

Quadro 6: Componente Curricular Língua Inglesa do 6º ano do Ensino Fundamental.

Princípios da Educação Escolar Indígena	Eixos da Educação Escolar Indígena	Componente Curricular (Disciplina): Inglês
		Ano: 6º Ano
		Expectativas de aprendizagem
Interculturalidade Diferença Coletividade Especificidade Confraternização Respeito União Solidariedade Equidade social Bilinguismo	Terra	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os greetings e sua principal diferença de linguagem para o nosso povo. • Empregar adequadamente letras maiúsculas e minúsculas, de acordo com a especificidade da língua. • Valorizar os conhecimentos adquiridos na escrita dos numbers, reconhecendo-se sua importância na complexidade na língua. • Reconhecer a língua estrangeira com a necessidade de aprender sua gramática • Observar alguns instrumentos do nosso povo e aprender se existe alguma definição com o estrangeirismo.
	Identidade	<ul style="list-style-type: none"> • Perceber que a língua estrangeira moderna oferece meios de compreensão de diferentes culturas e de apropriação e valorização de sua própria cultura. • Desenvolver a pronúncia de acordo com manifestações relacionadas aos diálogos. • Compreenda textos verbais na forma de gêneros textuais, considerando seu contexto de produção e sua esfera de circulação principalmente na visualização dos textos culturais indígenas. • Reconhecer a ideia principal e localizar as informações explícitas no texto.
	História	<ul style="list-style-type: none"> • Apropriar-se da pronúncia das palavras, considerando as variações linguísticas. • Respeitar os turnos da fala • Reconhecer a diferença de língua formal e informal. • Perceber os recursos extralinguísticos (entonação, gestos, etc).
	Organização	<ul style="list-style-type: none"> • Planejar e produzir com certa autonomia, textos de gêneros diversos sobre temas importantes para valorização da linguagem. • Refletir sobre os principais diálogos da língua estrangeira. • Participar e ouvir comandos em inglês.
	Interculturalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Construir de laços afetivos e convívio social e relações interpessoais, sem discriminar características pessoais físicas, sociais, sexuais e culturais. • Compreender que a linguagem pode relacionar culturas e pessoas. • Explorar fatores característicos de afeição relacionadas ao nosso povo.
		<ul style="list-style-type: none"> • Observe como as interações das pessoas indígenas através da linguagem inglesa.
	Arte Indígena (Kapinawá)	<ul style="list-style-type: none"> • Perceber seu entorno, nas relações interpessoais ou nas situações diárias, ou seja, a conexão entre o indígena e a língua estrangeira. • Vivenciar diferentes técnicas de linguagem a partir da utilização de textos, diálogos, músicas, imagens etc. • Conscientizar-se da língua inglesa como elemento de aprendizagem humana capaz de aprender novas linguagens específicas.

Fonte: Kapinawá (2018, p.45).

A linguagem artística é representada nas danças de sambada de coco e Toré, como também nas pinturas corporais, músicas e toadas produzidas e repassadas nas aldeias nos sons oriundos da natureza sagrada. Nessas manifestações, conteúdos, conhecimentos e saberes são construídos e transmitidos pela oralidade, pela imitação, repetição e valorização da educação específica e diferenciada. Assim como

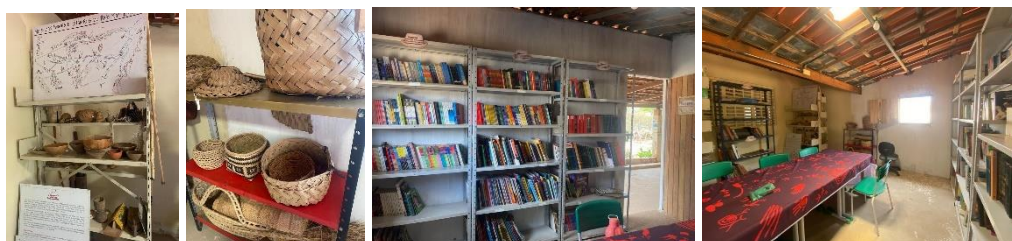
consta no PCN-PE (2020, p. 35) em que se deve:

Assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos na formação cultural, social, econômica e histórica da sociedade brasileira, ampliando as referências socioculturais da comunidade escolar na perspectiva da valorização da diversidade étnico-racial, contribuindo para a construção e afirmação de diferentes identidades.

Há também a linguagem religiosa muito valorizada na cultura Kapinawá, expressa através da realização de rituais com cantos, Toré, rezas e união com a natureza sagrada, além de simbolizar força, coragem e ajuda espiritual para o povo, cultuando Tupã que, para eles, é a representação de Deus. Muitas vezes, a linguagem é reduzida apenas à sua prática cotidiana, mas é fundamental observar suas formas de manifestar-se na humanidade, para que não haja um apagamento/silenciamento das linguagens de terreiro, das aldeias e dos territórios indígenas, pois a educação convencional tem muito que aprender com a educação escolar indígena.

Compreende-se, assim, que os Kapinawá entendem a linguagem como dialógicas, sendo entendida “como um fenômeno social da interação verbal, realizada pela enunciação (enunciado) ou enunciações (enunciados)” (BAKHTIN, 1997, p. 123). Ou seja, ela é constituída na relação entre indivíduos que dialogam com diferentes usos da linguagem, considerado a esfera social em que estão inseridos. Esse diálogo é expresso no museu e na biblioteca Kapinawá, relacionando presente-passado-futuro, a partir da conservação-interação entre documentos, textos e artefatos culturais.

Imagem 4: Biblioteca, Museu do povo Kapinawá e grafismo feito por alunos Kapinawá na Escola Estadual Indígena Saturnino Vieira.



Fonte: Autora da pesquisa (2022).

Para Marcuschi (2003, p. 46), “A língua é muito mais do que uma simples mediadora do conhecimento e muito mais do que um instrumento de comunicação ou um modo de interação humana. A língua é constitutiva de nosso conhecimento”. Assim, os Kapinawá

interagem pelas linguagens verbal e não-verbal socializadas e vivenciadas no cotidiano do território e a partir dos componentes curriculares, na produção de gêneros textuais que representam expressões e práticas de linguagem, como brincadeiras e cantigas de rodas, produção de desenhos e grafismos, parlendas e trava-línguas, jogos e competições da cultura popular do povo. Assim, os estudantes ampliam conhecimentos linguísticos e preservam costumes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo, analisar o Projeto Político Pedagógico Kapinawá (2015) e o Currículo Intercultural do Povo Kapinawá (2018), com foco no trabalho com linguagens. No decorrer da pesquisa, foi preciso se debruçar sobre alguns documentos complementares que apresentavam a educação escolar indígena Kapinawá considerando os seus saberes tradicionais e socioculturais que são a base do povo a outros documentos complementares, como o texto Oficial (2022) do Currículo Intercultural Indígena Kapinawá, e relacioná-la aos documentos oficiais BNCC (2018), PCN-PE (2020) e Constituição Federal Brasileira (1988).

O primeiro documento analisado foi o Projeto Político Pedagógico dos Kapinawá (2015), que evidencia o histórico de luta e resistência pelo território e pelo modo de vida de seu povo na garantia de políticas públicas, como em questão a educação intercultural indígena. Porém, ao analisar o PPP (2015) foi perceptível que o documento ainda estava em processo de construção, o que é natural já que o processo de construção de um PPP nunca tem fim, e está sempre sendo modificado para atender às necessidades de uma comunidade escolar. Portanto, foi preciso recorrer a outro documento complementar, como o Texto Oficial (2022) do Currículo Intercultural Indígena Kapinawá.

Os resultados indicam que o povo Kapinawá tem construído seu currículo de acordo com todos os documentos oficiais, a BNCC (2018), os PCN-PE (2020) e o RCNEI (1998), no que se refere a educação escolar indígena. O que se percebe é que a prática das linguagens ocorre no cotidiano das aldeias, seja nos diálogos, nas danças do Toré e na sambada de coco, na produção dos artesanatos e vestimentas originalmente Kapinawá, além das contações de histórias e valorização das tradições de seu povo. Portanto, a linguagem do povo Kapinawá é viva, solta, corre pelos terreiros das aldeias, e se mantém presente na sala de aula, contribuindo no ensino e aprendizado dos alunos.

Pode-se afirmar que o povo Kapinawá tem seguido tais documentos, relacionando o ensino aprendido sobre seu povo e a realidade sociocultural do território, com as leis e as determinações dos documentos citados anteriormente.

Assim como a concretização segundo o PCN-PE (2020) da expansão dos programas educacionais nas comunidades indígenas, fortalecimento e consolidação da educação específica e diferenciada no território, reconhecimento público do magistério indígena, a criação de programas voltados para produção de materiais didáticos e específicos, dentre outros que são essenciais para o ensino aprendizagem dos estudantes.

Os Kapinawá deram importantes passos no que tange à Decolonialidade, a sua educação está assentada no fato de que a “educação é um direito, mas tem que ser no nosso jeito” (MENEZES, 2020, pág. 68). Portanto, o povo Kapinawá têm conseguido implantar no território uma educação específica, diferenciada, intercultural e bilíngue, em confluência com os documentos oficiais e tornando permanente seu poder de decisão, de escolha e de preservação histórica do seu povo e de todas as tradições socioculturais que dão vida e voz à essência indígena Kapinawá. A pesquisa evidenciou como a educação indígena do povo Kapinawá tem se organizado e resistido, enfrentado lutas nos campos políticos oficiais e na sociedade, tendo muito a contribuir e ensinar, a partir dos seus saberes tradicionais.

Diante do exposto, sugerem-se futuras pesquisas de aprofundamento sobre o surgimento da educação indígena no território Kapinawá, analisando o histórico de luta pela educação específica e diferenciada, até as conquistas e desafios atuais. Também, o desenvolvimento de estudos sobre os letramentos artísticos e religiosos com foco nos cantos e Torés do povo Kapinawá, dada a necessidade de compreender e preservar os conhecimentos e a cultura falada e escrita desse povo.

REFERÊNCIAS

AGUILERA URQUIZA, A. H. **Currículo e cultura entre os Bororo de Meruri**. Campo Grande: Ed. UCDB, 2001.

ANDRADE, L. E. A. **Kapinawá é meu, já tomei, tá tomado**: Organização Social, Dinâmicas Territoriais e Processos Identitários Entre os Kapinawá. Programa de Pós-graduação em antropologia na Universidade Federal da Paraíba, 2014.

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAKHTIN, Michael. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 10. ed. São Paulo: Huditec, 1997.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População do Brasil**. Governo Federal. Brasília, 2010. <https://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n. 5, de 22 de junho de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2012. Disponível em: <https://abrir.link/c4Tur>. Acesso em: 30 jan. 2022.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE /CEB nº 13/2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica**. Diário Oficial da União , Brasília, DF, 15 jun. 2012. Seção 1, p. 18.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. <https://abrir.link/RDLZf>. Acesso em: 3 mar. 2022.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas (RCNEI)**/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

PERNAMBUCO. Comissão de Professoras/es Indígenas. **Educação é um direito, mas tem que ser do nosso jeito**. Site: Copipe. 1999. Disponível em <https://www.copipeedu.com/> Acesso em 16 de junho de 2023.

EVANGELISTA, O. **Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional**. In: ARAÚJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (Org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. 1. ed. Campinas, SP: Alínea, 2012. p. 51-71.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
GASPAR, Lúcia. *Toré. Pesquisa Escolar Online*, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. 2011. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

KAPINAWÁ, Povo. **Projeto Político Pedagógico**. Pernambuco.47p. 2015.

_____. **Currículo Intercultural Indígena Kapinawá**. Pernambuco. 78p. 2018.

_____. **Texto Oficial do Currículo Intercultural Indígena Kapinawá**. Pernambuco. 17p. 2022.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394/96. Brasília. 1996.

LEITE, L. H. A.RAMALHO, B. M; CARVALHO, P. L. A educação como prática de liberdade: uma perspectiva decolonial sobre a escola. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 35. 2019.

LEITE, J. E. R. **Fundamentos de Linguística**: Linguagem, Língua e Linguística. Universidade Federal de Minas Gerais. Unidade I, 2010. P. 213-276. https://grad.letras.ufmg.br/arquivos/monitoria/LEITE_2010.pdf. Acesso em: 02 de jun. 2023.

LIMA, Juliana Freitas Ferreira. **Códigos em retomada–Grafismos Kapinawá: encontros e (r) existências no Vale do Catimbau**. 2019. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. São Paulo: EPU, 2015.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 80, p. 71-114, 2008.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

OLIVEIRA, J. F; LIBÂNEO, J. C; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. Cortez editora, 2017.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais. **Ciências Humanas e suas tecnologias**. Brasília: MEC, 2020. BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais.

PERNAMBUCO, Universidade Federal. **Atlas de Pernambuco indígena**. Pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Etnicidade (Nepe). 2023. Disponível em: <https://www.atlasindigena.org/> . Acesso em: 19 de jun. 2023.

PERNAMBUCO, Professores e Professoras Indígenas. **Meu Povo Conta Kapinawá**: “A Luz Encantada”, “O Segredo da Água”, “A Armadilha”, “O Fogo”, “A Lenda da

Serra". In: Meu Povo Conta. 2ª ed. Belo Horizonte: MEC/ CCLF. Fevereiro de 2006. pp. 37-51.

SAMPAIO, J. A. L. **Notas sobre a formação histórica, etnicidade e constituição territorial do povo Kapinawá.** São Paulo, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível.** 24. ed. São Paulo: Papirus, 1995.

WALSH, C. Interculturalidad y (de) colonialidad. Perspectivas críticas y políticas. **Visão Global**, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012.

_____. **Pedagogías Decoloniales.** Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re) vivir. Quito: Ediciones Abya-Ayala, 2013